

Na Constituição, liberdade de greve

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Em sua reunião de ontem de manhã, a Comissão de Sistematização da Constituinte manteve inalterado o art. 10 do substitutivo Bernardo Cabral que declara "livre a greve", e aprovou emendas que obrigam as empresas com mais de 50 empregados a manter em seus quadros pelo menos 10% de pessoas com mais de 45 anos de idade, e asseguram a participação dos trabalhadores e empregadores nos órgãos em que seus interesses profissionais e previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

A questão da greve era o principal ponto em pauta, mas, para surpresa geral, foi votada sem problemas, e rapidamente. A Mesa submeteu ao plenário da comissão um requerimento assinado pelas lideranças partidárias (exceto a do PDT) para que fossem retirados, em bloco, os 27 pedidos de destaque visando a alterar o art. 10 e seu parágrafo 1º. O plenário o aprovou em votação simbólica.

Com isso, foram mantidos os dois dispositivos, que dizem:

Art. 10 — É livre a greve, vedada a iniciativa patronal, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade e o âmbito de interesses que deverão por meio dela defender.

Parágrafo 1º — Na hipótese de greve, serão adotadas providências,

pelas entidades sindicais, que garantam a manutenção dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

"A facilidade com que a matéria foi aprovada — assinalou, da tribuna, o deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) — não empana o seu significado. Isto significa enorme avanço na luta dos trabalhadores, significa que não haverá mais intervenção do Estado. A greve só estará sujeita ao disposto na própria Constituição e na legislação ordinária civil e penal."

O senador Albano Franco (PMDB-SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria e suplente da Comissão de Sistematização, concordou com a manutenção do texto do relator por entender que ele representava "o mal menor", se comparado a algumas emendas que seriam colocadas em votação, segundo disse a alguns parlamentares.

Mas a vitória dos sindicalistas não chegou a ser total. Eles tentaram aprovar, também, emenda do deputado Luiz Inácio Lula da Silva (PT-SP) suprimindo o parágrafo 2º do art. 10, mas perderam por 63 votos contra 23.

O parágrafo 2º, que ficou também inalterado, diz: "Os abusos cometidos sujeitam seus responsáveis às penas da lei".

Plínio de Arruda Sampaio argumentou que era dispensável, "já que qualquer abuso está sujeito à legislação civil e penal existente". Jorge

Hage (PMDB-BA) chegou a dizer que o parágrafo era "redundante, inútil, desnecessário e impreciso", o que irritou o relator Bernardo Cabral, que pediu a palavra para defender o texto. Eydio Ferreira Lima (PMDB-PE) também ficou a favor do parágrafo. Os sindicalistas disseram temer que ele abra uma porta para restrições ao direito de greve.

Com isso, a Comissão de Sistematização concluiu, finalmente, o exame do Capítulo II do substitutivo, que trata dos direitos sociais. Mas antes, aprovou emendas que constituíram mais dois artigos.

Uma das emendas, de origem popular (iniciativa de associações de empregados domésticos), defendida pelo senador Nelson Carneiro, foi aprovada por 84 votos contra 3. Diz ela: "É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores em todos os órgãos onde seus interesses profissionais e previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação". Isto significa que, segundo critérios que terão de ser estabelecidos em lei, os empregados e empregado-



Albano Franco

res vão participar da direção da Previdência Social e que os trabalhadores terão seu lugar assegurado, ao lado dos empregadores, também na Direção de entidades como o Sesc, Sesi e Senai.

A outra emenda, de autoria do deputado José Lins (PFL-CE), e por ele defendida, aparentemente sem esperança de vê-la aprovada, acabou passando com o número mínimo regimental de votos: 47 contra 37. Ela diz: "As empresas de mais de 50 empregados são obrigadas a manter em seus quadros de pessoal efetivo pelo menos 10% de pessoas maiores de 45 anos de idade".

Essa emenda, "por seu alcance social", foi defendida também pelo deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ) e ninguém se apresentou para contestá-la.

As lideranças do governo e do PDT ficaram preocupadas com o "precedente" criado com a retirada em bloco de destaques e votação simbólica do plenário da comissão, já que isso poderia repetir-se em matéria mais importante, como é o caso do sistema de governo. O líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, que estava acompanhando a reunião pelo alto-falante do seu gabinete, veio depressa ao plenário da comissão para alegar que a Mesa tomara uma decisão sem amparo regi-

mental. Mas no fim acabou aceitando as explicações do presidente da reunião, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), de que, em qualquer caso, sempre ficava assegurado ao autor do destaque o direito de vê-lo colocado em votação.

A primeira matéria submetida a voto na reunião matutina não alcançou o quórum mínimo nem para rejeição nem para aprovação, ficando, em consequência, prejudicada a emenda do deputado Floriceno Paixão, que pretendia estabelecer a administração tripartite nas entidades de orientação ou de formação profissional, cultural e de assistência social, dirigidas aos trabalhadores.

Pela emenda, seria assegurada a participação de um terço de empregados, um terço de empregadores e um terço de representantes governamentais nessas entidades.

Se a emenda tivesse sido aprovada, a administração tripartite seria implantada em órgãos como o Senai, Sesi, Sesc e Senac. Como o quórum até aquele momento estava fraco, votaram contra a emenda 45 constituintes, faltando dois para sua rejeição. A favor votaram 25. O senador Jarbas Passarinho, que presidia a reunião, foi o único a abster-se, declarando, ao emitir seu voto, que votaria a favor se não fosse a paridade pretendida pela emenda.

Artigo 11 prevê parlamentarismo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os cargos de primeiro-ministro e de presidente da República, da Câmara, do Senado e do Supremo Tribunal Federal são privativos de brasileiros natos. Ao aprovar ontem o artigo 11 do Cabral II, a Comissão de Sistematização tratou, ainda que indiretamente, do sistema de governo. Segundo o senador Carlos Chiarelli, esse artigo pode contribuir para tornar irreversível a implantação do parlamentarismo.

Presidencialista, o líder do governo, Carlos Sant'Anna pediu à Mesa que, no caso da manutenção do atual regime, fique registrado que o artigo referente aos cargos de brasileiros natos deve ser revisado para retirada do termo "primeiro-ministro".

O Capítulo III ficou, assim, com a seguinte redação: "Artigo 11 — São brasileiros:

I — Natos:

a) Os nascidos no Brasil, embora de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;

b) Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço do Brasil;

c) Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que registrados em repartição brasileira competente, ou desde que venham a residir no Brasil antes da maioridade e, alcançada esta, optem pela nacionalidade brasileira em qualquer tempo.

II — Naturalizados: Os que, na forma da lei, ad-

quirirem a nacionalidade brasileira, exigida aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.

Parágrafo 1º — Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro nato, salvo os casos previstos nesta Constituição.

Parágrafo 2º — A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo os casos previstos nesta Constituição.

Parágrafo 3º — São privativos de brasileiro nato os cargos de presidente da República, presidente da Câmara Federal e do Senado da República, primeiro-ministro, ministro

do Supremo Tribunal Federal, além dos integrantes das carreiras diplomática e militar.

Parágrafo 4º — Será declarada a perda da nacionalidade brasileira nos casos em que o brasileiro:

I — Aceitar de governo estrangeiro, sem licença do presidente da República, comissão, emprego ou pensão;

II — Tiver cancelada sua naturalização por sentença judicial, em processo que a lei estabeleça por exercer atividade nociva ao interesse nacional.

Artigo 12 — A língua nacional do Brasil é a portuguesa, e são símbolos nacionais a Bandeira, o Hino, as Armas da República e o Selo Nacional já adotados na data da promulgação desta Constituição.

O painel eletrônico paralisa a votação

O sistema de votação eletrônica do plenário da Constituinte, famoso pelo alto custo — calculado em cerca de Cr\$ 20 milhões — e que até agora não funcionou, foi a grande atração, ontem, na sessão da Comissão de Sistematização, provocando risos e descontração dos parlamentares, além de decepção. Pode ser que a partir de hoje o sistema venha a funcionar corretamente, mas ontem, nos quatro testes conduzidos com bom humor pelo senador Jarbas Passarinho, durante mais de uma hora o painel se mostrou mais um objeto decorativo do que útil.

Depois de meia hora de aprendizado conduzido por Passarinho, os constituintes passaram às votações simuladas de destaques, mas em relação ao número de votantes, todas as vezes o número totalizado no painel era inferior ao dos presentes em plenário e que acionaram os botões. O painel eletrônico registra apenas os votos dos 59 membros titulares da Comissão de Sistematização, enquanto os suplentes terão seus votos registrados nominalmente, como agora. Com isso, alguns parlamentares colocaram em dúvida a eficiência do sistema como agilizador dos trabalhos.

Cada constituinte tem dois botões sob sua mesa, um com seu número de identidade parlamentar e outro com um código pessoal secreto. Os dois botões devem ser acionados simultaneamente durante cinco segundos para depois o voto aparecer no painel. Dois minutos após concluída a votação, o presidente da Mesa recebe dos computadores o resultado. Ele é mantido em segredo até o

final da votação dos suplentes, para que estes não sejam sugestionados. Os suplentes, na expressão jocosa de Jarbas Passarinho, continuarão a votar "no sistema da idade da pedra lascada". Mas, pelo menos, o nosso funciona, comentou um suplente do PFL.

Passarinho, aos risos, deu as explicações várias vezes sobre o funcionamento do sistema. Muitos constituintes se enganaram e o deputado Aldo Arantes (PC do B-GO) lembrou que vários votavam como no antigo sistema eletrônico da Câmara que, aliás, também nunca funcionou. Mais um teste e o deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS) descobriu, por sua vez, que alguns deputados estavam inadvertidamente tocando os botões de outras cadeiras. O constituinte José Lins (PDS-CE) dispôs-se, então, a dar explicações pelo microfone sobre o funcionamento do sistema. Todos continuaram sem entender e Jarbas Passarinho não se conteve, citando Bernard Shaw: "Quem não sabe, ensina".

Risos e mais risos, e a sessão foi paralisada das 16h30 às 17h40, sem que o sistema eletrônico conseguisse agradar nem demonstrar sua operacionalidade. Se isso não funcionar será uma vergonha, disse o deputado Siqueira Campos (PDC-GO), enquanto Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG) fazia sinal com as mãos, demonstrando que estava tudo "enrolado".

Passarinho, na presidência da Mesa, desistiu dos testes e anunciou que a partir da sessão de hoje as votações serão feitas normalmente pelo sistema eletrônico.

Líder do PFL quer um novo anteprojeto

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O líder do PFL, deputado José Lourenço, anunciou ontem, no final da sessão da Comissão de Sistematização, o início da coleta de assinaturas para alterar o regimento da Constituinte e permitir a elaboração de outro anteprojeto constitucional em substituição ao do relator Bernardo Cabral. "Esse anteprojeto é uma vergonha, não será aceito pela Nação e o melhor lugar para colocá-lo é a lata de lixo", disse, irritado, o parlamentar.

José Lourenço não mediu as palavras. Repetiu várias vezes que o texto de Bernardo Cabral "não presta", e que o relator "vai à televisão dar entrevistas defendendo alguns pontos, para depois apresentar outro parecer diferente na Sistematização". Para possibilitar a elaboração de outro substitutivo, Lourenço disse que basta ser apoiada a proposta do deputado Álvaro Valle (PL-RJ), que permite a anulação do anteprojeto do relator Bernardo Cabral mediante a redação de outro pelos integrantes da Comissão de Sistematização.

O líder pefelista disse que o grupo que representa a maioria na Constituinte, embora não seja o mais barulhento ou o mais organizado, mas saberá fazer valer seus pontos de vista de acordo com a maioria da sociedade brasileira. Lourenço irritou-se a partir da votação de um destaque que estabelecia no anteprojeto o voto facultativo para maiores de 16 anos.

Visão arcaica de um país moderno

PAULO YOKOTA

Um dos aspectos mais gritantes da irracionalidade a que estamos submetidos pela atual política econômica é a ideia de que a postergação da suspensão da moratória causará prejuízos somente a nossos credores. Tamarão é o disparate, que já não é possível atribuir-se esta atitude apenas à miopia de nossas autoridades. Começa-se a levantar a suspeita de que os atuais detentores do poder, por representarem um Brasil arcaico, não sobreviveriam numa sociedade integrada à atual tendência mundial, livre dos cartórios e submetida à concorrência internacional.

Esta visão de um país arcaico é que nos leva ao comportamento irracional perante o Clube de Paris, impossibilitando o financiamento dos investimentos indispensáveis à simples manutenção do crescimento da economia, que já tende à estagnação. Também os setores voltados ao comércio internacional apontam as crescentes dificuldades para se contar com os créditos que nunca nos faltaram ao longo de nossa história. E os nossos braços financeiros no Exterior só continuam operando, congelados, pela tolerância quanto ao descumprimento das regras interbancárias, o que deixará profundas sequelas por ocasião da normalização.

Apesar de sermos motivo de riso no Exterior, continuamos com o discurso de que a moratória é uma peça-chave na negociação. Parece que acreditamos que vamos crescer no conceito internacional, na medida da nossa capacidade de criar problemas. Esquecemos totalmente os nossos melhores parceiros, aqueles que mais nos ajudaram quando precisamos, acreditando em nossas potencialidades. Ou será que ignoramos que muitos empenharam seu prestígio para que fossem adotados mecanismos criativos de financiamento?

No sistema financeiro internacional, as instituições estão voltadas à eficiência e ao lucro. Os que se empenharam na transferência de poupanças para o Brasil são discriminados nas promoções, a favor daqueles que mais recomendaram restrições a estas operações. Dificilmente voltaremos a contar com financiamentos espontâneos, na atual geração de banqueiros.

Mas a nossa propensão a confundir cortesia e civilidade com aceitação ou concordância dificulta a identificação das profundas restrições que estão sendo criadas em relação ao Brasil e ao seu futuro desenvolvimento.

Quanto maior o conhecimento, no Exterior, das potencialidades brasileiras, mais ampla a perplexidade com os disparates de nossas atitudes irracionais. A falta de mecanismos institucionais que pudessem limitar os erros de nossas autoridades, dificultará os entendimentos e exigirá alguma classe de audição.

Internamente, o que ocorre de mais dramático é a falta de percepção sobre o atraso relativo que estamos sofrendo. Há poucos anos nossos produtos industrializados eram considerados qualitativamente superiores ao do grupo chamado NICS

(New Industrialized Countries) do qual fazíamos parte. Hoje, enquanto Taiwan, Singapura e Coreia passaram a suprir regularmente grandes mercados desenvolvidos, como o japonês, o americano e os europeus com produtos de elevada tecnologia, continuamos exportando matérias-primas e nossos produtos industriais passaram a ser considerados quase obsoletos.

Os principais concorrentes estão substituindo produtos de mão-de-obra intensiva pelos produtos de alto valor agregado, como os de microeletrônica. A Coreia está exportando microcomputadores para os Estados Unidos, componentes eletrônicos para o Japão, instalando fábricas de automóveis no Canadá, concorrendo com plataformas para exploração off shore, atendendo aos rigorosos requisitos de qualidade de tais mercados. Possuem uma clara consciência de que todos os equipamentos industriais têm hoje uma forte interação com o que existe de mais avançado na informática, e estão adquirindo ferocemente a tecnologia disponível no mercado internacional.

A melhor expressão de atualização tecnológica está presente na nova usina siderúrgica coreana, com eficiência 50% superior à japonesa, tanto invejada pelos nossos especialistas. Até os escritórios de empresas brasileiras, que operam naqueles países, estão mais atualizados que suas matrizes, chegando a ponto que telefone e telex são considerados obsoletos, dado o avanço no sistema de fac-símile e utilização de computadores.

O dramático é que o gap tecnológico não se está dando somente com países industrializados como o Japão, mas entre nós e os nossos concorrentes na classificação NICS.

Enquanto isso, entre nós ainda há os que acreditam que tremos quebrar o sistema financeiro internacional com a nossa moratória; ou, então, que tremos receber uma humilhante doação dos nossos credores, como prêmio à nossa recusa de pagar honestamente os juros do dinheiro emprestado.

Nem mesmo temos sido capazes de reconhecer que nossos vizinhos latino-americanos substituíram a tradicional capacidade verbal por soluções pragmáticas. Eramos competentes para utilizar todo o potencial das instituições financeiras internacionais, tanto que somos os maiores mutuários do Bird e do BID. Hoje, atrapalhados pelo nosso próprio discurso perdemos centenas de projetos industriais que se encaminham para o Chile e o México, que implementaram razoáveis mecanismos de conversão de dívidas em investimentos de risco, que normalmente estariam no Brasil.

Estamos sacrificando o emprego de nossos operários, a utilização de nossas matérias-primas, a modernização do parque industrial e o bem-estar de nossa população, para atender aos retrógrados ditames de uma política de desenvolvimento autárquico.

Tudo isso porque incorporamos uma visão arcaica à administração de um país moderno... Paulo Yokota é economista, foi diretor do Banco Central, presidente do Inera e comissário da Exposição Internacional de Ciência e Tecnologia de Tsukuba.

A nova Carta só em 1989, diz Dornelles

O deputado constituinte Francisco Dornelles (PFL-RJ) afirmou ontem que se for mantido o ritmo em que se desenvolvem os trabalhos da Comissão de Sistematização, a nova Constituição só ficará pronta no final de 1989. Somente um entendimento entre os partidos conseguirá apressar os trabalhos, acrescentou. A seu ver, o segundo substitutivo do relator Bernardo Cabral é muito extenso e "deveria ser mais sintético".

Dornelles participou do seminário "O Sistema Tributário e a Ordem Econômica na Nova Constituição", promovido pela Academia Internacional de Direito Econômico e Economia, que também fez seu lançamento como entidade, no Centro Empresarial de São Paulo.

Foram votados até ontem dez dos 300 artigos da Comissão de Sistematização. Os cálculos de que os trabalhos constituintes irão até o final de 1989 são, na verdade, do deputado César Maia (PDT-RJ), mas Dornelles concorda e, mais, acha "até que ele é otimista". Para dinamizar os trabalhos, observou, os partidos terão de chegar a um entendimento, "vão recorrer ao bom senso". Caso contrário, os trabalhos se arrastarão por muito tempo.

O tributarista Gilberto de Uíhã Canto, presidente da Associação Brasileira de Direito Financeiro Internacional e um dos autores do Código Tributário em vigor, manifestou-se favorável à tributação dos ganhos financeiros e não sobre o trabalho, como vem acontecendo. O professor da USP, Carlos Alberto Longo, defendeu a taxação da propriedade: "O Imposto Territorial Urbano e o Imposto Territorial Rural deveriam ser fundidos".

Professor de Direito Econômico no Mackenzie, Ives Gandra Martins considerou que o substitutivo de Bernardo Cabral levará à "medievalização" do País. Previu também uma Justiça paralisada, "mas com uso de robôs": "Há hoje uma rebelião nacional contra o Cabral II".

O ministro Carlos Mário Veloso, do Tribunal Federal de Recursos, acha que corremos o risco de termos uma "Constituição nominal", definida por ele como "à espera de um programa, como um termo confeccionado para um bebê que acaba de nascer e que tem de ficar no armário".

Carlos Geraldo Langoni, ex-presidente do Banco Central, afirmou que a Constituinte que está sendo elaborada defende a atuação do Estado na área social, com o que ele concorda, mas não vê necessidade da presença do Estado em todos os setores da vida nacional. "O que precisamos é da descontaminação da radioatividade estatal".

O professor Alcides Jorge Costa, da USP, alertou que o segundo substitutivo de Bernardo Cabral deixa o contribuinte desprotegido, e apontou o perigo das leis que não funcionam. "O Imposto Territorial Rural, concretizado em 1965, não funcionou como instrumento para a realização da reforma agrária, e quando o Incri lança impostos" não dá uma justificação técnica.